

ISSN 2526-0774

# HomaPublica

REVISTA INTERNACIONAL DE  
**DERECHOS HUMANOS  
Y EMPRESAS** 

Vol. VIII | Nº. 01 | Jan - Jul 2024

## RESISTÊNCIAS FRENTE AO PROJETO DE AVANÇO DA MINERAÇÃO LIGADA À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA MUNDIAL NO VALE DO JEQUITINHONHA

TEXTO ENVIADO PELO **MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS)** COM O INTUITO DE  
TRANSMITIR A PERSPECTIVA DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS NESSA TEMÁTICA

*Artur Freixedas Colito (MAB)*  
*Movimento dos Atingidos por Barragens*

Quando Guimarães Rosa disse através de Riobaldo em Grande Sertão Veredas que viver é muito perigoso, e que se fosse pra Deus vir ao sertão, que viesse armado, foi por reconhecer que no Brasil muitas vezes mandou o mais forte, foi reconhecendo o estado de coisas inconstitucional, que pra muitos o estado democrático de direito não se efetivou na prática.

O crime já se organizou a muito tempo, com ares de institucionalidade e de negócios e de desenvolvimento se legitimou muita falcatura, muita violação de direitos humanos nesse país, em nome de uma ordem e progresso que valeu pra poucos a custos do povo trabalhador desse país.

Desde os tempos em que Pindorama virou colônia de extrair Pau Brasil, Ouro, Minério e o que mais vendesse no exterior valendo mais que a vida dos povos originários, quilombolas, atingidos por barragens, pela mineração, enfim, pelo lucro acima da vida.

A terra do Grande Sertão Veredas, cuja parte é hoje o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, tem uma grande riqueza cultural e ambiental, representada por exemplo nas produções de artesanato, nas festas tradicionais, mas também nas medicinas fitoterápicas, na diversidade de povos e comunidades tradicionais ali presentes, quilombolas, originários, geraizeiros, vazanteiros, entre outros.

A muitos séculos esse povo vem resistindo contra formas de opressão e avanço dos interesses do Capital, seja na violência coronelista latifundiária que permanece até hoje, seja na construção das grandes usinas hidrelétricas nas décadas passadas, de Irapé e Setúbal, seja agora ao avanço da mineração ligada à transição energética mundial.

A luta e resistência desse setor do povo brasileiro resultou recentemente na PNAB, a Política Nacional dos Atingidos por Barragens, Lei Federal 14.755/2023, e na PEAB, Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Lei Estadual Mineira 23795/2021), conquistadas após muito sofrimento e comoção social após os grandes desastres crimes de Mariana e de Brumadinho. Com isso, inaugurou-se um Microssistema de Proteção aos Atingidos por Barragens, que tem uma norma vinculante para tratar de seus conflitos, exemplificar danos sistematicamente violados em casos assim, definir direitos básicos e tratar como deve ser a reparação e participação dos atingidos nesse processo.

Esses setores econômicos que reúne os fazendeiros, mineradoras, madeireiros, hoje são quase que ¼ dos ameaçadores identificados do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas - PPDDH MG). Um dos pontos de mais ameaças relatadas é o Vale do Jequitinhonha.

A proposta do Poder Executivo Estadual, do Governo Zema (Partido Novo) é a de emplacar o Vale do Lítio. Da mesma forma, como parte do Vale do Rio Doce em Minas Gerais, se transformou no Vale do Aço, cujo polo é Ipatinga.

O lítio é considerado um mineral estratégico que é um componente utilizado no armazenamento de energia, através de baterias para relógios, máquinas e carros.

Na Bolívia, o lítio foi estatizado, o que significa um maior controle da população sobre sua exploração e utilização. No Brasil, temos um modelo de mineração que se dá principalmente pelas empresas privadas, desde a estatização da Vale, que é pouco permeável à pressão social e abusa da impunidade e dos meios jurídicos disponíveis para adiar suas obrigações.

A conexão entre os capitalistas dos setores bancário, agrário, da energia e da mineração, gerou essa proposta extrativista da região. De muito se retirar e pouco produzir. Por vezes, o capital tem se aliado aos setores de segurança do estado, então além dos jagunços, da segurança privada, há o apoio da Polícia Militar e de parte do funcionalismo do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Judiciário, que resulta em violência policial, violações aos direitos humanos e desigualdades estruturais no acesso à água, energia e à justiça.

A propaganda das empresas é fortemente direcionada a passar a idéia de preocupação e sustentabilidade ambiental, com fortes patrocínios e convênios com o Estado nessa área. Falam que é sem rejeitos e sem barragens, mas não falam das pilhas de estéril que são outro grande problema socioambiental.

Os efeitos da mineração e do avanço da exploração do lítio é de desmatamento, supressão de áreas florestais, ameaças a nascentes, aumento dos custos de moradia, aumento de ruídos e poeira a comunidades do entorno, alterações de comportamento e migração na fauna da região,

risco à áreas de preservação ambiental de flora e fauna, além de um aumento à difamação dos movimentos populares e de resistência.

Essa exploração vem associada a transição energética como se isso fosse solução para a crise climática gerada pelo capitalismo. No entanto, a matriz energética do Brasil já é de energias renováveis, como as grandes hidrelétricas construídas nas décadas passadas a custa de muita violação de direitos das populações atingidas por barragens.

Na verdade, a exploração do lítio serve pra transição energética de outros países, como Estados Unidos, Europa e China. E deixa um rombo que aqui afeta principalmente comunidade tradicionais, negras, indígenas, que denota um racismo ambiental e a continuação de uma lógica imperialista e colonial.

Vale dizer que a crise climática tem resultado principalmente da emissão de gases estufa na atmosfera e da perda da biodiversidade da nossa flora. Em especial no Jequitinhonha, grandes empresas que praticam o cultivo de eucalipto em grande escala tem acentuado a escassez hídrica e se relacionado com o setor econômico das carvoarias, lançando enormes quantidades de gases estufa, reforçando o aumento da temperatura da Terra. Além disso, esse setor tem tido recorrentes denúncias por utilizar trabalho escravizado<sup>1</sup>.

Essa exploração sem preocupação socioambiental tem tido reflexos na região, como maior ocorrência de enchentes<sup>2</sup> e temperaturas subindo a níveis recordes<sup>3</sup> como em Araçuai e Turmalina.

Uma forma de resistência a esse projeto é hoje a Usina Solar Flutuante Veredas<sup>4</sup>, que é uma experiência de projeto energético popular, que através de um convênio de Pesquisa e Desenvolvimento com a ANEEL foi possível colocar placas solares em plataformas flutuantes no espelho d'água de uma barragem e com isso gerar redução do custo de energia pra cerca de 1250 famílias, muitas delas que foram prejudicadas pela construção da barragem. Um grande diferencial é que a Associação que gere a Usina é composta por atingidos por barragens, sem fins lucrativos.

Essa experiência traz pistas do que poderia ser uma transição energética justa e popular, afinal, os minerais críticos e estratégicos geram tecnologias e bens que na maioria das vezes não são

---

1

<https://reporterbrasil.org.br/2008/10/carvoaria-de-jequitinhonha-e-flagrada-com-trabalho-degradante/>

2

<https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2021/12/08/chuva-forte-provoca-inundacoes-em-cidades-do-vale-do-jequitinhonha.ghtml>

3

<https://www.itatiaia.com.br/cidades/2024/02/27/as-10-cidades-que-mais-esquentaram-em-2023-estao-em-minas-gerais-veja-quais-sao#:~:text=O%20ano%20de%202023%20é,de%2044%2C8%C.>

4

<https://mab.org.br/2023/03/30/veredas-sol-e-lares-avanco-inedito-para-modelo-energetico-popular/>

acessados por quem põe a mão na massa para extraí-los ou por quem sofre com os danos e prejuízos de suas exploração na região.

Em resumo, na lógica atual não é o Vale do Jequitinhonha quem vai primeiro se beneficiar com os carros elétricos que serão feitos com o lítio, em especial a população com menos renda e riquezas, o que se configura como mais uma situação de desigualdade, de alienação do trabalho, privatização das riquezas e socialização dos prejuízos. Ou, como diria Emiliano Zapata, “a terra é de quem nela trabalha”, ou ainda como diria Marx, “se a classe operária tudo produz, a tudo ela pertence”.

Tecido esses comentários, faz-se os seguintes apontamentos práticos de como a pesquisa e extensão popular, socialmente orientada, pode contribuir com a luta e garantia de direitos dos atingidos por barragens, pela transição energética e pelas mudanças climáticas:

Utilização da PNAB nos artigos, pesquisas, relatórios, documentos jurídicos, ofícios, petições, ações judiciais e extrajudiciais, estudos, de forma a considerar esse um parâmetro mínimo de discussão sobre direitos humanos dos atingidos por barragens e por analogia à mineração, da transição energética e vítima de desastres causados pelas mudanças climáticas capitalistas

Pesquisas, Estudos e Levantamentos de quais as iniciativas, especialmente jurídicas dos 3 poderes (executivo, legislativo e judiciário) nas 3 instâncias (municipais, estaduais e federais) que estão em curso ou planejados na região, que dialoguem com os interesses das empresas extrativistas

**Artur Freixedas Colito**

*Advogado popular do Coletivo de Direitos Humanos do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, graduado em Direito na UFMG com pós graduação em Direitos Difusos e Coletivos pelo CEI e pós graduando em Direitos Humanos. Membro do Conselho Deliberativo do PPDDH-MG pela OAB MG, Membro da Comissão de Apoio à Advocacia Popular da OAB MG, da Comissão de Barragens da OAB MG e secretário da Comissão de Direitos Humanos da Subseção Barro Preto da OAB MG.*

---

Instagram & Twitter | @HomaPublicaDHE  
[periodicos.ufjf.br/index.php/homa/](http://periodicos.ufjf.br/index.php/homa/)